

FH se despede do Senado pregando Carta mais enxuta

Sérgio Marques

BRASÍLIA — Num discurso de quase uma hora e meia para se despedir dos senadores, o presidente eleito Fernando Henrique Cardoso defendeu um enxugamento do texto constitucional como o critério básico de análise das emendas que ele encaminhará ao Congresso a partir de fevereiro. Ele deixou claro que não vai restringir de antemão os temas, mas já anunciou que considera prioritário retomar a agenda no ponto em que foi deixada pelo Congresso Revisor: "remover os nós que atam o Estado brasileiro", como o atual regime fiscal, que inclui a reforma tributária, a divisão de competências entre União, estados e municípios, o orçamento federal, a previdência, e a ordem econômica — com flexibilização dos monopólios e abertura da economia ao capital estrangeiro. Em todos os casos, ele assegura: a ordem é negociar.

Uma Constituição não se faz nem se muda com rolo compressor, mas com diálogo. Ela é ou deve ser a expressão dos valores mais profundos da nação, e não da vontade unilateral de maioria transitória. Teremos uma maioria. Não será a atitude dessa maioria a da arrogância ou a do rolo compressor — afirmou.

Em todos os campos Fernando Henrique deixou claro que não haverá surpresas. Assegurou que as suas propostas se baseiam exatamente no que já foi

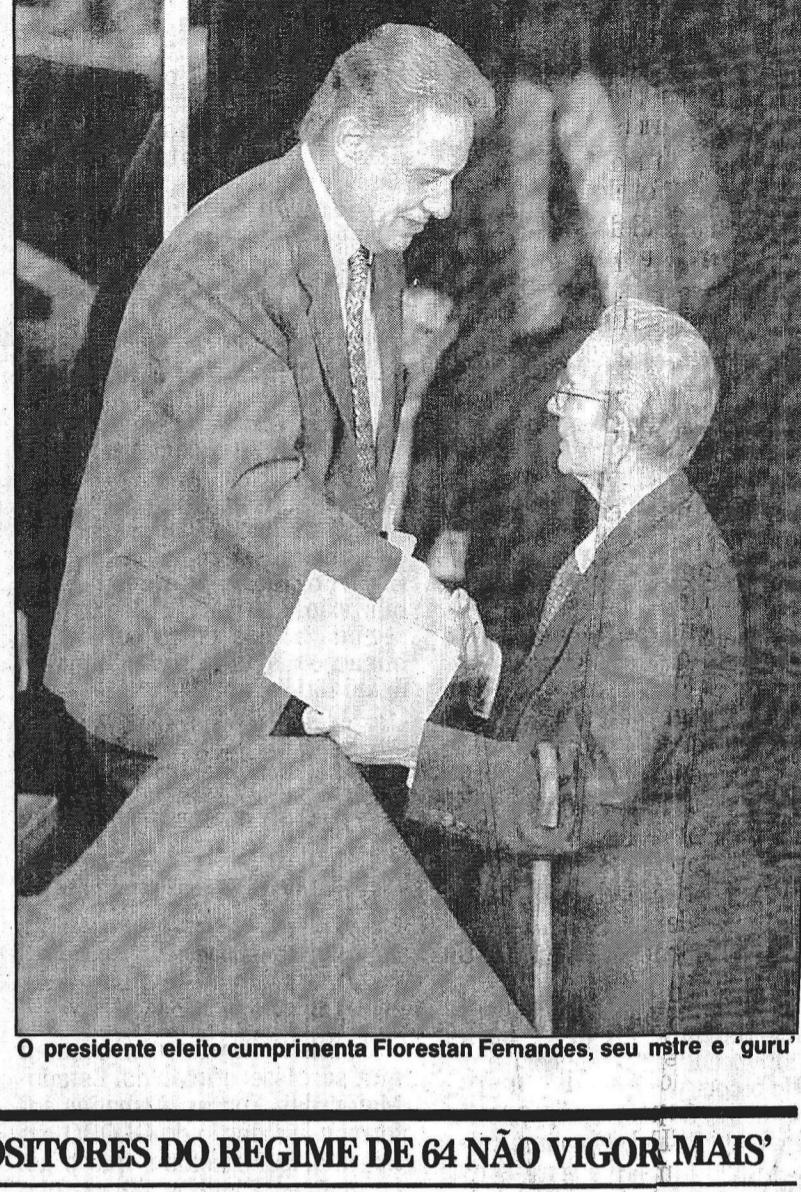
discutido pelo Congresso Revisor que funcionou ano passado e acabou sendo atropelado pela CPI do Orçamento e pela falta de engajamento do Governo para aprovar reformas polêmicas como o fim da aposentadoria por tempo de serviço — um projeto que já tem o aval do presidente eleito e que será acompanhado de regras específicas para não prejudicar quem está às vésperas de se aposentar.

Em relação à reforma tributária, o primeiro ponto da agenda constitucional que ele destacou no discurso, a meta é reduzir a carga de impostos das exportações e os tributos sobre a folha de salários e a cesta básica, além de eliminar outros. Em todos os casos ele já tem o cronograma de implantação das reformas a serem aprovadas: lento e gradual.

Desenhado o sistema tributário que queremos, vamos fazer uma transição gradual, avaliando a cada passo o efeito das mudanças e corrigindo eventuais erros de projeção sobre o comportamento da arrecadação.

Houve também recados para todos os lados. Ao Congresso, tratado por ele como "o solucionador dos impasses", a mensagem foi a necessidade de se aprovarem as mudanças:

Nós temos um prazo, um prazo limitado para tomar medidas que garantam a continuidade da estabilização e preparem o novo ciclo do desenvolvimento — lembrou.



O presidente eleito cumprimenta Florestan Fernandes, seu mestre e 'guru'

'DIVISÃO HISTÓRICA ENTRE APOIADORES E OPOSITORES DO REGIME DE 64 NÃO VIGOR MAIS'

■ TRANSIÇÃO — "Estas eleições colocam, a meu ver, um ponto final na transição. Depois de 16 anos de marchas e contramarchas, a 'abertura lenta e gradual' do ex-presidente Geisel parece finalmente chegar ao porto seguro de uma democracia consolidada. Sairmos da refrega eleitoral sem cicatrizes pessoais ou partidárias no plano nacional. A divisão histórica entre apoiadores e opositores do regime de 64, que de algum modo sobreviveu ao pacto da Aliança Democrática, também não vigora mais."

■ CONGRESSO — "O Poder Legislativo, em especial, tem sido alvo de críticas duríssimas. Críticas em parte procedentes. Longe de mim tapar o sol com a peneira por uma descabida 'solidariedade de classe'. Mas é justo que se diga em alto e bom som: a transição não teria chegado a bom termo, o edifício da nossa democracia não estaria de pé se, dentro do Congresso Nacional, não houvesse políticos com 'p' maiúsculo. Entendo que não há democracia forte sem Parlamento forte, afiado com as aspirações da sociedade e apto a dividir poderes e responsabilidades na direção do Estado."

■ O FIM DA ERA VARGAS — "Resta um pedaço do nosso passado político que ainda atravessa o presente e retarda o avanço da sociedade. Refiro-me ao legado da Era Vargas, ao seu modelo de desenvolvimento autárquico e ao seu Estado intervencionista. Esse modelo que assegurou o progresso e permitiu nossa industrialização começou a perder fôlego na década de 70. No final da década perdida, assim chamada e às vezes com injustiça, os analistas políticos e econômicos mais lúcidos já convergiam na percepção de que o Brasil vivia, não apenas um somatório de crises conjunturais, mas o fim de um ciclo de desenvolvimento de longo prazo. Faltava transpor essa agenda dos fóruns especializados para a arena política nacional. Isso começou a acontecer no governo anterior ao do presidente Itamar Franco. Infelizmente, de uma maneira atabalhada, num ambiente político poluído por uma corte de desafios. Devemos à extraordinária sensibilidade política do presidente Itamar Franco que esse resultado não tenha sido levado pelo fúria que colheu seu antecessor. O país deve muito mais que isso a Itamar Franco. Deve a restauração da dignidade da função pública."

■ ESTABILIDADE ECONÔMICA — "Meu Governo, pela manifestação expressa e maciça de apoio popular ao Plano Real, nasce absolutamente comprometido com a preservação da estabilidade da economia e da moeda nacionais. Contarei com a colaboração da mesma equipe econômica, reforçada por quadros igualmente competentes e dedicados. Com o engajamento de todo o Governo, serei inflexível na manutenção da disciplina fiscal e monetária. A instauração de uma verdadeira democracia econômica e social supõe que a ação do Estado se volte efetivamente para as maiorias menos organizadas ou inorganizáveis: os consumidores, os contribuintes, sobretudo os pobres e os excluídos. Para isso, é preciso resgatar o Estado da pilhagem dos 'interesses estratégicos', das 'conquistas sociais' exclusivistas, do corporativismo, privilégios que distorcem a distribuição de renda. O processo de estabilização exige que avancemos novos passos na desindexação da economia, sem truques nem confiscos, mas com determinação."

■ GASTOS PÚBLICOS — "A imprensa, ultimamente, deu curso à versão

de que eu seria excessivamente contido nos gastos pessoais. Os senadores que convivem comigo sabem que a fama é imerecida. Intriga da oposição. Pois bem: creiam que farei por merecer essa fama em tudo o que diz respeito ao controle do gasto público."

■ ABERTURA DA ECONOMIA — "Exportar para importar: esta é a regra que deve presidir ao novo ciclo de crescimento. Importar equipamentos e insumos para acelerar a expansão da indústria, da agricultura e dos

Entendo que não há democracia forte sem Parlamento forte